
Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI
Outubro de 2006 – Nº 12¹

Sumário

Produção Física: *A produção física industrial apresentou crescimento no mês de agosto com ajuste sazonal (0,7%). No acumulado do ano, a indústria cresceu 2,8%.*

Emprego e Salários: *No mês de agosto foram criados 28.788 postos de trabalho formais na indústria de transformação, 10.615 a mais do que no mesmo mês do ano passado, segundo dados do CAGED. No mês de julho a folha salarial real apresentou aumento de 0,61% frente ao mês anterior, com ajuste sazonal.*

Comércio Exterior: *As exportações no período de janeiro a agosto de 2006 cresceram a uma taxa de 15,88%, chegando ao valor de US\$ 88,2 bilhões. Por sua vez, as importações apresentaram crescimento de 22,64%, correspondendo a um valor de US\$ 58,6 bilhões. Os produtos semimanufaturados foram os de maior crescimento, com uma taxa de 16,77% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.*

Investimento e Financiamento: *Em agosto o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED) líquidos totalizou US\$ 1,18 bilhões. O volume mensal de ingressos em participação acionária se concentrou no setor de serviços e na indústria. A trajetória de expansão do crédito se manteve no mês de agosto. O volume mensal de crédito na modalidade recursos livres atingiu R\$ 122 bilhões em agosto e a inadimplência passou de 4,8% para 5%.*

Medidas da PITCE: *A ABDI e a Softex preparam um Plano de Desenvolvimento Setorial para o setor de software. A PREVI é a mais nova parceira do Fundo de Incubadoras Inovar. O BNDES lançou, em agosto, nova linha de crédito para médias empresas.*

Nota técnica: *O Boletim nº 12 também traz uma nota especial sobre o impacto das marcas no desempenho econômico das firmas. Inicia-se a discussão com um breve perfil de marcas no Brasil. Conclui-se que estratégias mais agressivas de marcas aumentam a produtividade das firmas e o depósito de marcas, não sua concessão, é o fator mais relevante.*

¹ Boletim editado por Francisco Luna (IPEA – francisco.santos@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI).

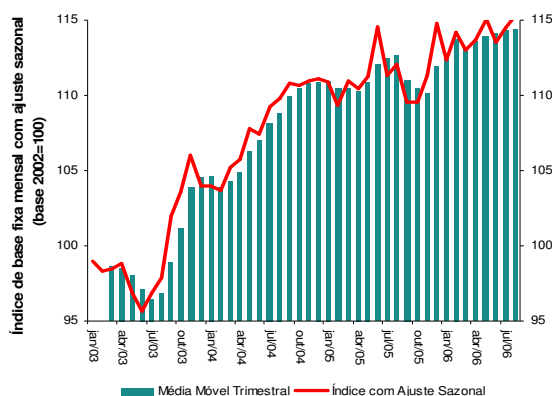
Produção Física

Houve crescimento de 0,7% na produção física, com ajuste sazonal, na passagem de julho para agosto de 2006, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE.

A comparação com o mesmo mês do ano passado revela um crescimento de 3,2%. Na comparação com o acumulado do ano, a taxa de crescimento é 2,8% e, nos últimos 12 meses, o acréscimo foi de 2,2%.

Dos 23 setores analisados pelo IBGE, 15 apresentaram crescimento com ajuste sazonal. O setor de Produtos Químicos manteve uma tendência de alta (3,7%) e o setor “Outros equipamentos de transporte” obteve o incremento mais significativo (11%). Por outro lado, a metalurgia básica caiu 2,8% enquanto que, no mês passado o resultado foi positivo.

Gráfico 1
Índice de Produção Física -
Indústria de Transformação



Fonte: IBGE

Novamente, alguns subsetores, importantes para o dinamismo da

indústria brasileira, continuaram apresentando crescimento na comparação com o mês do ano passado. São eles: **automóveis, camionetas e utilitários** (11,3%), **eletrodomésticos da “linha branca”** (6,1%), **máquinas e equipamentos para fins industriais e comerciais** (6,9%).

Quando se analisa também o crescimento industrial por categoria de uso, dois setores se destacaram. Em primeiro lugar, os bens de capital obtiveram a segunda taxa positiva consecutiva. Na comparação com o mês anterior, com ajuste sazonal, o incremento foi de 2,8% e, entre junho e agosto, de 4,0%. No acumulado do ano, a taxa positiva é de 5,8%. Na comparação com o mês anterior, com ajuste sazonal, os bens de consumo duráveis também cresceram (1,6%). No acumulado do ano, a taxa positiva é de 6,4%.

A continuidade de crescimento de ambos os setores é fundamental para uma perspectiva de crescimento mais firme nos próximos meses. A alta capacidade de encadeamento dos bens de consumo duráveis tem potencial alavancador dos demais. O crescimento do setor de bens de capital pode ser reflexo de incremento de investimentos.

Os setores de bens de capital que merecem destaque no mês de agosto de 2006 em relação ao mês de agosto de 2005 são: bens de capital para fins industriais (14,3%), energia elétrica (38,0%). Os bens de capital para construção aumentaram 0,8%, em contraposição ao crescimento de 9,4% registrado em julho.

O resultado positivo no mês de agosto na produção de bens de capital

para fins industriais se deve ao desempenho tanto dos bens de capital seriados quanto dos não seriados. No mês de agosto de 2006, em relação ao mesmo mês do ano passado, a taxa de crescimento dos bens seriados foi de 13,8%, enquanto que em julho o incremento foi de 10,8%. Os bens não-

seriados voltaram a crescer (17,7%), após uma leve retração em julho.

Finalmente, a produção de cimento e clínquer, um dos indicadores de nível de atividade do setor de construção civil, cresceu 8,25% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Emprego e salários

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho) o mercado de trabalho no mês de agosto mantém a tendência de crescimento dos últimos meses. O crescimento do emprego formal no mês de agosto foi de 0,47%, referente a um saldo positivo de 128.915 novos trabalhadores.

Foram criados 28.788 postos de trabalho na indústria de transformação, 10.615 a mais do que o mesmo mês do ano passado. Por sua vez, o comércio criou 30.192 vagas, o setor de serviços criou 64.668 novos cargos, e, finalmente, a construção civil contratou 15.283.

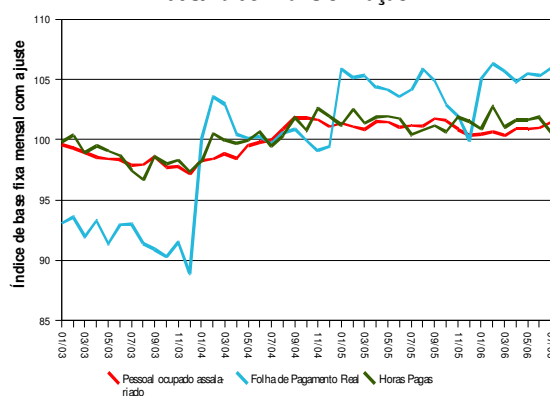
Na indústria de transformação, o crescimento verificado foi de 0,45% enquanto que, em agosto de 2005, havia crescido 0,30%. No acumulado do ano, 2006 apresenta resultado superior ao de 2005: 4,29% neste ano contra 3,70% ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo de vagas formais foi de 223.880, representando um crescimento de 3,64%.

O setor de produtos alimentícios e bebidas (o que mais emprega na indústria de transformação), apresentou alta de 1,02% em agosto, abrindo 15.553 vagas de trabalho. As indústrias química, de produtos farmacêuticos e de veterinários criaram, por sua vez, 3.253 novas vagas. Finalmente, o setor têxtil e vestuário contratou este ano 3.489.

A indústria de transformação, na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES – IBGE), em julho apresentou alta de 0,44% frente a junho, com ajuste sazonal em pessoal ocupado. Assim, a média com base móvel trimestral do mês ficou com alta de 0,65%. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, a pesquisa aponta aumento de 0,22%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, os empregos na indústria de transformação caíram, 0,37%.

Gráfico 2

Trabalho e Renda na Indústria de Transformação



Fonte: IBGE

Em julho a folha salarial real apresentou um aumento de 0,61%, frente ao mês anterior. Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 1,66%, e, no acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento foi de 1,60%.

Em relação às horas pagas, o resultado de julho frente a junho, com ajuste sazonal, foi uma queda de -1,27%, enquanto que em relação ao mesmo período de 2005 houve alta de 0,08%. No acumulado de 12 meses, registrou-se

queda de 0,19%. Associado com o crescimento do emprego, esse resultado indica que está havendo um processo de contratação mais intenso do que o verificado no ano passado e do que o aumento na jornada de trabalho.

Comércio Exterior

No período janeiro a agosto de 2006, as exportações chegaram ao valor US\$ 88,2 bilhões. Já as importações alcançaram a cifra de US\$ 58,6 bilhões. O crescimento das exportações e importações foram, respectivamente, 15,88% e 22,64%

Em relação ao mês de agosto, as exportações chegaram ao valor de US\$ 13,6 bilhões e as importações, US\$ 9,1 bilhões.

Os resultados preliminares para o mês de setembro de 2006 apontam um crescimento de 18,01% nas exportações e 23,33% nas importações em relação a setembro de 2005, sendo que as exportações chegaram a US\$ 12,5 bilhões e as importações, US\$ 8,1 bilhões.

Tabela 1
Desempenho das Exportações por Classe de Produtos
US\$ Milhões

Classes de Produtos	jan-ago 2006	jan-ago 2005	Tx. Cresc. (%)
Básicos	25.952	22.501	15,34
Semimanufaturados	12.217	10.462	16,77
Manufaturados	47.941	41.582	15,29
Op. Especiais	2.054	1.540	33,38
Total	88.164	76.085	15,88

Fonte: SECEX/MDIC

Quando se observa as exportações por classe de produtos para o período janeiro-agosto de 2006 (ver tabela 1), verifica-se que, com exceção das

operações especiais, os produtos semimanufaturados foram os que tiveram maior crescimento no acumulado do ano (16,77%), seguidos pelos produtos básicos (15,34%). Tradicionalmente, no primeiro semestre, por questões de colheita de safra, as exportações de produtos básicos apresentam maiores crescimentos.

Apesar do baixo crescimento do índice de *quantum* (vide tabela abaixo), as exportações brasileiras apresentam uma taxa de crescimento razoável devido à elevação de preço de alguns produtos bem como da diversificação de destino. Deve-se destacar o crescimento positivo tanto no índice de *quantum* quanto no de preços nos bens semimanufaturados, já que até julho de 2006 a variação na quantidade exportada apresentava índices negativos.

Tabela 2
Variação dos Índices de Preços e Quantum das Exportações
janeiro/agosto 2006

Classes de Produtos	Preço	Quantum
Exportação Total	11,7	3,6
Básicos	12,2	3,5
Semimanufaturados	12,6	3,1
Manufaturados	10,6	4,1

Fonte: Funcex

A tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho nas exportações entre janeiro e agosto de 2006 em relação ao mesmo período de 2005. Óleos brutos de petróleo, minérios de

ferro não aglomerados, e açúcar de cana estão liderando o incremento das exportações. É necessário destacar a presença do álcool etílico entre os dez principais produtos no incremento das exportações.

Em relação às importações, o maior crescimento acumulado entre janeiro a agosto de 2006, frente ao mesmo período de 2005, foi o de bens de consumo não duráveis. Em termos absolutos, as matérias-primas e intermediários apresentam maior valor exportado seguidos pelo bens de capital.

Tabela 3
Dez Principais Produtos com Variação Absoluta Positiva nas Exportações (em US\$ 1.000)

PRODUTOS	jan-ago 2006	Variação Absoluta	Tx. Cresc (%)
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	4.131.196	1.493.462	56,62
MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	3.678.648	870.273	30,99
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	2.319.057	809.954	53,67
"FUEL-OIL"	1.533.839	799.564	108,89
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	4.480.997	699.352	18,49
OUTROS AVIOES/VEICULOS AEREOS,PESO>1500 0KG,VAZIOS	1.414.674	565.421	66,58
MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	2.064.839	445.361	27,50
ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA	1.002.705	407.312	68,41
PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,SE MI/BRANQ	1.594.815	366.247	29,81
ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/VOL.TEOR ALCOOLICO>=80%	753.795	312.997	71,01
Total	22.974.565	6.769.945	41,78
Total das Exportações	88.163.667	12.078.771	15,88

Fonte: SECEX/MDIC

Tabela 4
Importações por Categoria de Uso US\$ Milhões

Categoria de uso	jan-ago 2006	jan-ago 2005	Tx. Cresc. (%)
Bens de Capital	12.216	9.830	24,27
Matérias-primas e Intermediários	29.101	25.001	16,40
Bens de Consumo Não-duráveis	3.670	2.870	27,87
Bens de Consumo Duráveis	3.714	2.389	55,46
Combustíveis e lubrificantes	9.887	7.684	28,67
Total	58.588	47.774	22,64

Fonte: SECEX/MDIC

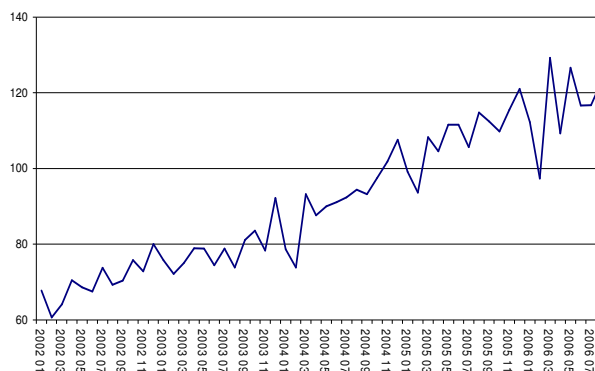
Em relação aos bens de consumo duráveis, destaca-se o crescimento nas importações de automóveis, na qual passou de US\$ 454 milhões no período janeiro-julho de 2005 para US\$ 1.081 milhões no período janeiro-agosto de 2006.

Investimento e Financiamento

Em Agosto, os investimentos estrangeiros totalizaram US\$ 1,18 bilhões, sendo US\$ 570 milhões referentes a participações acionárias e US\$ 613 milhões a empréstimos intercompanhias. No acumulado do ano, o mesmo montante é de US\$ 10,15 bilhões enquanto que, no mesmo período do ano passado, foi de US\$ 11,63 bilhões. No mês de agosto, os ingressos em participação acionária no setor de serviços e na indústria foram de US\$ 671 milhões e US\$ 647 milhões, respectivamente. No acumulado do ano, o setor de serviço foi o destino de 54,3% dos ingressos desse gênero e a indústria, 37,5%.

Espera-se um aumento no setor de crédito por causa da redução da TJLP de 7,5% para 6,85%. A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é utilizada para corrigir os financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para empréstimos de longo prazo. Além disso, o volume de créditos de recursos livres aumentou em agosto, quando comparado ao mês anterior. O total de empréstimos na modalidade recursos livres totalizou R\$ 122 bilhões, sendo R\$ 43,1 bilhões para pessoas físicas e R\$ 79,5 bilhões para pessoa jurídica.

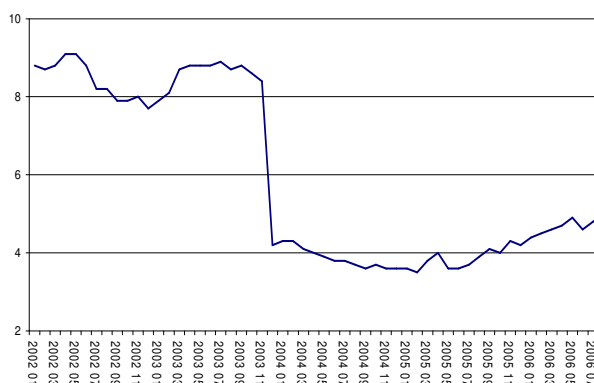
Gráfico 3
Total de Empréstimos - Recursos Livres
(R\$ bilhões)



Fonte: Ipeadata

Por outro lado, a inadimplência também aumentou de 4,8% em julho para 5% em agosto. Esse percentual é de 7,6% no segmento de pessoas físicas, e de 2,5% no segmento de pessoas jurídicas. Como se pode observar no gráfico a seguir, em dezembro de 2003 houve uma queda acentuada. A partir de junho de 2005, aparentemente houve uma leve reversão.

Gráfico 4
Índice de Inadimplência - Recursos Livres



Fonte: Ipeadata

Acompanhamento das medidas da PITCE

Em agosto, a ABDI e a Softex começaram a elaborar um Plano de Desenvolvimento Setorial (PDS). O objetivo da parceria é aproveitar o potencial de empresas de softwares e auxiliar o setor a superar os seus gargalos. Estudos de potencial de mercado e capacitação em gestão empresarial compõem as atividades do plano. Em parceria com entidades industriais, outros PDSs estão sendo desenvolvidos pela ABDI nos setores de cosméticos, frutas processadas, indústria de equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratórios, e indústria têxtil.

O PROPEX, programa de financiamento ligado ao setor de manufatura eletrônica, está selecionando 23 projetos que contenham aplicações de placas eletrônicas. Cada empresa será assistida em ações de identificação e análise da oportunidade, avaliação de sua viabilidade técnica e econômica, desenvolvimento de projeto de hardware, software e layout, prototipagem e fabricação do lote piloto da placa eletrônica. O PROPEX, que oferece um subsídio financeiro de até R\$ 60 mil, é financiado com recursos da lei de informática e empreendido pela Fundação CERTI/LABelectron com apoio do MCT/CATI, FINEP e ABINEE.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que administra um patrimônio de aproximadamente R\$ 88 bi, é o mais novo parceiro da Incubadora de Fundos Inovar, estrutura criada pela Finep para estimular a criação de fundos de *venture capital* no Brasil. A adesão da Previ pode ser o marco da efetiva participação dos fundos de pensão ao mercado nacional de

capital de risco. Outra instituição que vai formalizar a parceria com a Incubadora é o Banco do Brasil Investimentos (BBI), responsável por uma carteira de aplicações no valor de R\$ 1,9 bi. O objetivo é que, por meio dos fundos de *venture capital*, o dinheiro chegue a empresas inovadoras com alto padrão de governança corporativa e potencial para abrir capital na Bolsa. Juntos, os 13 fundos aprovados através da Incubadora possuem cerca de R\$ 600 milhões comprometidos. A expectativa é que, nos próximos três anos, cerca de 100 empresas inovadoras sejam beneficiadas.

Em 17 de agosto, o BNDES anunciou a criação de linha específica para o financiamento de empresas de médio porte. Trata-se do Programa de Competitividade das Empresas do Setor Industrial (Procomp), destinado a recompor e consolidar a competitividade de empresas do setor industrial com receita operacional bruta até R\$ 300 milhões por ano. O Procomp vai apoiar, em uma primeira etapa, o aumento de produção, com o financiamento do capital de giro para empresas do setor industrial, que realizaram investimentos nos últimos três anos, tanto em ativos fixos como em ativos intangíveis. O novo programa terá dotação orçamentária de R\$ 1 bilhão e prazo de vigência para operações protocoladas até 31 de dezembro de 2007.

O BNDES anunciou recentemente mudanças no Modermaq, programa de financiamento à aquisição de bens de capital. As novas regras permitirão que empresas obtenham recursos com uma taxa fixa menor que a cobrada anteriormente, além de contarem, a partir de agora, com a opção de contratar

financiamentos com juros variáveis. Essa última alternativa torna-se atraente no momento em que a TJLP traça uma trajetória de queda, mas a modalidade fixa atenderá à demanda de empresas que

optarem por menos risco nas oscilações das parcelas. O novo Modermaq permitirá também o financiamento de equipamentos médicos e hospitalares.

Conclusão

Os resultados apresentados nesse Boletim demonstram um crescimento significativo da indústria associado com a continuidade da geração de empregos. O forte crescimento do setor de bens de capital, verificado nesse mês, pode estar associado com a queda na Selic no

período recente, bem como da taxa de longo prazo (TJLP).

As exportações mantiveram um ritmo de crescimento razoável, destacando-se o segmento de semimanufaturados.

Impacto das marcas no desempenho das firmas*

Francisco Luna (IPEA)

Adriano Baessa (IPEA)

Fernando Freitas (IPEA)

Introdução

A qualidade da regulamentação governamental é fator fundamental para a otimização dos gastos do setor produtivo e para a atração de novos investimentos. As discussões em torno desse tema assumem destaque cada vez maior entre empresários e governo. A propriedade intelectual, um dos pilares de um ambiente regulatório moderno, é avaliada e protegida pelo Estado. No Brasil, a instituição encarregada de avaliar e conceder tal propriedade é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A presente nota é resultado de um estudo conjunto do IPEA e do INPI². A proposta deste estudo é mensurar o impacto das marcas sobre o desempenho econômico das firmas utilizando os microdados de marcas do INPI mesclados aos das Pesquisas Industrial e de Serviços, do IBGE; de origem do capital, do Banco Central; e de emprego, do Ministério do Trabalho. A hipótese central é de que as marcas, além de terem um valor intrínseco, podem ter perdas desse valor com a demora na avaliação do INPI. Iniciaremos a discussão com um breve perfil de marcas no Brasil para, então, discutir seu impacto no desempenho econômico das firmas.

* O conteúdo desse texto não reflete necessariamente as visões da ABDI e do IPEA.

² Texto para Discussão do IPEA no. 1208: "Impacto das Marcas na Produção: Uma Análise a Partir dos Dados do INPI".

Perfil de marcas no Brasil

Como se pode observar na tabela a seguir, a demanda pela proteção de marcas, medida pela quantidade de depósitos, aumentou aproximadamente 60% no período 1994-2004. Porém, enquanto os depósitos crescem, as concessões seguem um ritmo decrescente. Em primeira análise, portanto, a estrutura do INPI se deteriorou concomitantemente aos estímulos de acordos internacionais que visavam uma aplicação mais rigorosa de leis de propriedade intelectual e de incrementos na própria demanda de mercado por registros de marcas.

Tabela 1: Quantidade de depósitos e concessões de marcas por ano

Ano	Depósitos	Concessões
1994	53115	20744
1995	71235	23295
1996	64103	28153
1997	70483	26126
1998	69600	23614
1999	85675	37964
2000	96886	15708
2001	92519	18031
2002	86592	15200
2003	87598	9441
2004	85134	11118

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

Somente a partir de meados da década de 1980, os depósitos de marcas por parte de pessoas físicas passaram a ser expressivos. Isto ocorreu em detrimento da parcela de firmas estrangeiras sem CNPJ, representada pela legenda "Outros". A parcela de PJ se mantém aproximadamente constante ao longo do tempo. O crescimento da proporção de pessoas físicas no total, no decorrer do tempo, aponta para um menor grau de institucionalização dos demandantes de marcas.

Tabela 2: Distribuição percentual de depósitos de marcas por tipo de depositante, por ano

Ano	Pessoa Física (PF)	Pessoa Jurídica (PJ)	Outros
1970	0,05	77,75	22,20
1975	0,18	83,15	16,67
1980	0,39	85,95	13,66
1985	0,74	92,35	6,91
1990	1,79	92,30	5,91
1995	2,36	88,34	9,31
2000	4,07	85,76	10,17
2004	5,39	88,69	5,91

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

A distribuição de depósito por Unidade Federativa (UF), conforme mostrado na tabela a seguir, revela as disparidades regionais existentes dentro do país e como elas vêm se transformando no decorrer do tempo. A distribuição de depósitos de marcas por UF tem alta correlação com o padrão de desenvolvimento econômico dos estados. No topo, encontram-se os estados do Sudeste, com exceção do Espírito Santo, e, em seguida, os estados do Sul. Com pouca representatividade, aparecem alguns estados do Norte e do Nordeste. Interessante observar que São Paulo vem perdendo espaço de 1971 até 2004. No início do período de análise, suas marcas representavam aproximadamente 60% das do país. Esta porcentagem se reduziu para 42%. Em grande medida, todas as outras regiões contribuíram, porém os estados do Sul se destacam.

Tabela 3: Distribuição percentual de depositantes por região, por ano

Região/Ano	1970	1980	1990	1995	2000	2004
SP	58,8	59,9	54,3	49,4	47,3	42,5
RJ	16,0	15,6	12,9	13,2	11,4	11,4
MG	5,6	4,8	6,3	8,1	8,0	8,3
RS	6,2	5,6	6,4	5,6	6,1	7,1
PR	3,3	4,0	5,4	6,5	6,1	8,1
SC	2,6	2,2	3,0	4,0	4,9	5,5
Outros	7,5	8,0	11,8	13,1	16,3	17,1

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

A tabela 4 mostra a distribuição de depósitos de marcas por suas naturezas (de produto ou de serviço). Somente foram consideradas as naturezas “Serviço” e “Produto” dado que as demais não eram representativas. Vale destacar no gráfico a variação recente na estrutura de depósito de marcas, historicamente voltada para produto. O setor de serviços responde, desde 2001, pela maior parcela dos depósitos, o que se explica por mudanças estruturais na economia brasileira, o que não significa dizer que se trata de um processo de desindustrialização. A própria natureza intangível das firmas do setor, em que aspectos não observáveis podem predominar, de certa forma obriga as firmas a buscarem uma maior ligação com o consumidor a partir da veiculação de marcas.

Tabela 4: Distribuição percentual de depósitos de marcas no INPI por ano

Ano	Produto	Serviço
1997	61	39
1998	60	40
1999	56	44
2000	52	48
2001	51	49
2002	50	50
2003	49	51
2004	47	53

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

O impacto econômico das marcas

Para se identificar as diferentes estratégias de marcas, separamos as firmas em quatro categorias, utilizando duas variáveis da base de marcas: as datas de depósito e as datas de concessão. Tais variáveis retratam políticas de marcas distintas adotadas pelas firmas. MARCA1 reflete uma firma com uma política mais agressiva, que já teve sucesso na concessão de marca e que tem

outras propostas de novas marcas. MARCA 2 e 3 refletem políticas menos agressivas. A primeira teve sucesso na concessão, mas não propôs novas marcas, e a segunda é aquela que tentou e ainda não teve sucesso na concessão. SEM_MARCA não teve nenhuma política de marcas. Devemos atentar para o fato da pesquisa se basear nos dados do INPI. Assim, podem existir firmas classificadas com uma política SEM_MARCA, mas que criaram uma marca que não foi depositada naquele Instituto.

As tabelas 5 e 6 confirmam o pequeno grau de institucionalização da propriedade de marcas no país. Entretanto, vê-se que há uma tendência para que as firmas brasileiras registrem mais marcas no decorrer do tempo. Em 1998, 80% das firmas de serviços, e em 1996, 73% da indústria, não possuíam marcas. Em 2002, estes percentuais se reduziram para 70 e 57%, respectivamente. Obviamente, tal tendência deve ser anunciada sem alarde, dado o curto tempo observado, e deve ser ponderada pelo fato de que nem todas as firmas que depositam marcas no INPI são captadas pelo IBGE, o caso de firmas estrangeiras, e nem todas as que criam e usam marcas, as depositam no INPI.

Tabela 5: Distribuição percentual de firmas da PAS (serviços) por estratégia de marcas, 1998-2002

	1998	1999	2000	2001	2002
MARCA1	5,6	6,3	6,3	6,1	5,8
MARCA2	5,3	6,4	6,2	6,2	6,0
MARCA3	9,3	10,6	13,7	16,4	18,6
SEM_MARCA	79,8	76,7	73,8	71,3	69,7

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

Tabela 6: Distribuição percentual de firmas da PIA (indústria) por estratégia de marcas, 1996-2002

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
MARCA1	13,8	14,5	14,4	15,1	15,3	15,0	14,4
MARCA2	5,5	6,2	6,8	7,9	7,3	7,0	6,5
MARCA3	7,3	8,5	9,5	11,3	14,9	18,7	22,0
SEM_MARCA	73,5	70,9	69,3	65,7	62,4	59,3	57,1

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

Outro dado que merece atenção é o crescente percentual de firmas que possuem apenas alguma marca depositada no INPI e nenhuma concedida (MARCA3). Este efeito já havia sido observado quando confronta-se, para o universo de marcas, o aumento na taxa de depósitos e a diminuição na quantidade de concessões.

O passo seguinte foi explorar as variáveis econômicas mais relevantes na tentativa de encontrar as principais características das firmas que possuem marcas. Os valores financeiros informados na tabela foram deflacionados.

Tabela 7: Médias de algumas variáveis econômicas de firmas da PAS (serviços) por estratégia de marcas, 1998-2002

Tipo de firma	Variáveis	1998	1999	2000	2001	2002
MARCA1	RLV	52.071	47.203	52.880	60.921	55.629
	PO	391	343	368	388	363
	Rem	925,00	883,97	896,54	953,35	787,86
MARCA2	RLV	10.797	7.578	8.158	7.406	6.848
	PO	198	179	190	180	161
MARCA3	Rem	659,00	592,07	563,91	558,33	503,31
	RLV	9.639	9.950	9.195	7.485	7.772
	PO	156	148	150	149	143
SEM_MARCA	Rem	621,00	598,49	608,09	621,09	530,48
	RLV	4.277	3.661	3.612	3.425	3.081
	PO	111	100	100	98	91
	Rem	519,00	483,75	474,69	487,54	430,39

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).

Nota: RLV (Receita Líquida de Vendas) em R\$ mil

PO (Pessoal Ocupado)

Rem (Remuneração) em R\$

Tabela 8: Médias de algumas variáveis econômicas de firmas da PIA (indústria) por estratégia de marcas, 1998-2002

Tipo de firma	Variáveis	1998	1999	2000	2001	2002
MARCA1	VTI	27.942	31.238	35.207	35.405	36.432
	PO	351	340	344	335	338
	Rem	663	619	615	625	555
MARCA2	VTI	9.616	7.839	8.028	6.083	6.096
	PO	151	134	133	115	116
	Rem	556	509	497	498	453
MARCA3	VTI	5.120	4.486	5.064	5.030	5.488
	PO	104	99	106	104	109
	Rem	462	435	428	441	412
SEM MARCA	VTI	2.997	3.071	3.328	3.325	3.023
	PO	73	72	74	71	70
	Rem	426	404	399	403	369

Fonte: INPI, 2005; IBGE, 2005 (elaboração própria).
Nota: VTI (Valor da Transformação Industrial) em R\$ mil
PO (Pessoal Ocupado)
Rem (Remuneração) em R\$

O salário é comumente tratado como sinalizador de eficiência e produtividade. Analisando-se as tabela 7 e 8, e aplicando-se tal tratamento, vê-se que firmas que atendem ao critério MARCA1 remuneram melhor. Um olhar mais atento observa também que as demais variáveis obedecem a uma hierarquia pelo tipo de firma. Portanto, há indícios de que firmas que possuem alguma marca concedida no INPI são maiores em RLV ou VTI, remuneram melhor e empregam mais.

As estatísticas descritivas proporcionam uma visão geral das diferenças entre as firmas. Porém, para se alcançar o objetivo do trabalho, é necessário isolar o efeito das políticas de marcas de outras variáveis que influenciam o desempenho das firmas. Para tanto, um modelo econométrico³ foi construído justamente para separar esse efeito. A conclusão é de que uma política mais agressiva de marcas (variável MARCA1) faz com que a produtividade das firmas da indústria, de 1996 a 2002,

³ Texto para Discussão do IPEA no. 1208: "Impacto das Marcas na Produção: Uma Análise a Partir dos Dados do INPI".

seja 3% maior que a das firmas sem marcas. No setor de serviços, o incremento é de 6,3%. Quando se considera o tempo de avaliação, a quantidade média de dias até a concessão apresenta impacto negativo sobre a produtividade, mas não significativo. Ou seja, as firmas parecem não considerar se o INPI é mais ou menos eficiente na concessão de marcas. Possivelmente, as firmas devem se apropriar das suas marcas já no momento dos depósitos e não no momento da concessão.

Conclusão

O estudo investigou o impacto econômico das marcas avaliadas pelo INPI. A hipótese central é de que, além das marcas terem valor próprio, a demora na sua avaliação adia investimentos ou, no caso de indeferimento ao final desta avaliação, os torna estéreis. Para tanto, contou-se com um espectro de informações de diversas fontes que propiciaram uma ampla abrangência de informações e diferentes perspectivas.

As evidências iniciais do cruzamento da base de marcas com as bases do IBGE e da RAIS apontavam que o salário, o faturamento e o tamanho são maiores nas firmas com marcas. O modelo econométrico confirmou em seguida que a posse de marcas, cujos pedidos foram concedidos ou não, influencia a produtividade das firmas, validando a hipótese inicial do estudo.

Basicamente, a eficácia duma política arrojada de marcas por parte das firmas se confirma no aumento da produtividade destas, sendo o impacto maior no setor de serviços do que no industrial. A agilidade do INPI em avaliar as marcas, portanto, não afeta as decisões de investimentos destas firmas. A apropriação dos ganhos de investimento na marca, portanto, tem como fato gerador o depósito, não sua

concessão, o que coloca em cheque a instituição “concessão de marcas” na medida em que a propriedade destas já seja assumida pelas firmas no momento do depósito e não após a avaliação do INPI.

Setores Industriais	ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)													Var. % jul-06/ago-06
	Mes													
	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	
1. Indústria geral	112,63	110,49	110,72	111,82	114,96	113,09	114,21	114,03	114,02	115,81	114,48	115,3	116,12	0,71
2. Indústria extrativa	122,49	122,98	123,74	124,02	124,02	127,07	126,53	127,7	127,87	129,78	123,77	129,99	129,71	-0,22
3. Indústria de transformação	112,08	109,59	109,58	111,31	114,81	112,37	114,17	113,03	113,67	115,07	113,53	114,49	115,31	0,72
3.1 Alimentos	101,88	100,64	101,58	103,68	104,44	104,05	104,61	105,19	104,31	107	107,43	107,41	105,38	-1,89
3.2 Bebidas	109,61	109	107,74	109,57	109,81	113,16	118,13	109,64	114,36	114,14	111,22	116,22	115,8	-0,36
3.3 Fumo	155,15	104,54	106,92	100,73	104,09	110,7	112,6	103,61	105,5	116,32	119,34	129,84	153,09	17,91
3.4 Têxtil	101,89	102,1	99,81	102,09	104,51	105,49	106,83	106,32	106,52	106,45	103,32	105,27	106,01	0,70
3.5 Vestuário e acessórios	80,7	80,8	78,36	78,67	80,8	84,3	86,56	81,55	82,27	82,59	77,84	79,28	81,84	3,23
3.6 Calçados e artigos de couro	88,72	85,44	87,1	85,84	90,08	89,69	88,72	87,43	87,17	88,65	84,85	85,58	88,31	3,19
3.7 Madeira	104,95	102,07	98,13	103,55	104,53	106,19	107,3	99	104,49	99,79	101,19	99,05	99,3	0,25
3.8 Celulose, papel e produtos de papel	115,02	117,84	118,92	119,91	121,86	120,9	119,62	121,98	122,03	120,22	118,72	121,37	120,95	-0,35
3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações	109,14	105	107,25	137,5	132,35	106,45	97,83	108,28	106,69	111,5	102,78	98,08	111,86	14,05
3.10 Refino de petróleo e álcool	105,75	101,86	102,84	101,96	104,22	103,11	104,47	103,38	104,92	105,79	107,43	103,74	102,71	-0,99
3.11 Farmacêutica	110,99	105,86	107,47	109,4	117,92	103,85	127,16	109,6	102,79	106,54	112,34	109,14	103,37	-5,29
3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	115,17	111,66	108,74	117,48	120,8	121,95	115,45	117,81	115,7	118,04	115,37	118,38	118,78	0,34
3.13 Outros produtos químicos	106,98	109,23	109,84	107,5	108,21	107,92	106,35	107,54	110,07	106,33	101,12	105,53	109,41	3,68
3.14 Borracha e plástico	103,52	102,42	100,83	102,45	103,68	105,17	105,65	104,72	106,16	105,32	104,31	103,94	106,31	2,28
3.15 Minerais não metálicos	102,94	103,58	102,08	104,14	106,2	107,98	105,83	104,22	104,13	106,63	105,12	106,54	106,67	0,12
3.16 Metalurgia básica	106,99	108,5	108,7	108,09	110,55	109,75	103,74	104,53	108,91	108,94	109,34	115,2	111,93	-2,84
3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	104,23	100,93	99,51	102,17	104,65	103,35	103,36	101,41	101,39	101,31	100,04	102,65	102,83	0,18
3.18 Máquinas e equipamentos	121,52	115,73	116,18	117,59	121,59	121,78	124,85	123,2	121,95	126,07	123,88	125,25	127,07	1,45
3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	189,67	177,75	196,07	195,9	207,51	202,09	189,91	252,13	225,4	257,92	265,82	271,95	268,24	-1,36
3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	116,94	118,74	121,53	128,18	138,92	129,48	128,46	125,73	128,44	127,47	127,08	129,5	130,32	0,63
3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	139,27	139,39	130,2	124,36	140,37	137,67	143,32	150,29	143,25	130,66	127,09	128	126,25	-1,37
3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	99,55	102,98	124,58	108,77	133,44	121,05	123,12	144,05	17,00
3.23 Veículos automotores	145,89	140,89	141,42	143,27	152,16	141,32	147,44	145,05	144,3	154,46	147,89	150,82	152,53	1,13
3.24 Outros equipamentos de transporte	130,72	124,83	124,53	123,94	137,77	130,95	135,63	123,38	128,64	134,9	126,06	124,86	138,53	10,95
3.25 Mobiliário	92,17	87,17	93,1	98	104,42	99,17	102,04	101	101,01	103,38	103,86	102,02	107,31	5,19
3.26 Diversos	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	108,85	96,38	126,81	92,66	114,72	111,52	120,74	133,96	10,95

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.